

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ. : 61.699.567/0012-45

Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2020. São Paulo, 28/02/2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2.019	2.018
Ativo		
Ativo Circulante	225.991.951,48	144.086.101,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.954.355,39	2.422.621,31
Bancos conta movimento (nota 3.1)	13.641,89	5.155,48
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	4.940.713,50	2.417.465,83
Contas a Receber	218.316.452,62	138.711.728,56
Valores a Receber - Pref. Mun. S. Jose Campos (nota 3.3.2)	191.192.496,55	96.661.507,80
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	27.123.956,07	18.825.735,93
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	-	23.224.484,83
Outros Créditos	1.185.644,90	917.137,56
Antecipações salariais (nota 3.4.1)	-	21.231,29
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	524.537,33	560.211,85
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	-	284,19
Depósito judicial (nota 3.4.4)	265.819,00	210.444,81
Adiantamentos (nota 3.4.5)	395.288,57	124.965,42
Despesas Pagas Antecipadamente	9.544,68	9.544,61
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	9.544,68	9.544,61
Estoques	1.525.953,89	2.025.069,67
Estoque Materiais Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	1.525.953,89	2.025.069,67
Ativo Não Circulante	141.010.419,12	5.611.697,22
Contas a Receber	135.119.690,25	-
Valores a Receber - Pref. Mun. S. Jose Campos Nota 3.7	111.528.956,40	-
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	23.590.733,85	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	5.890.728,87	5.611.697,22
- Bens Móveis (Nota 3.9)	20.922.994,25	19.541.563,12
Ajuste vida útil - bens terceiros - (Nota 3.9.1)	(15.032.265,38)	(13.929.865,90)
Hospital Carvalho Florence	-	-
Total do Ativo	367.002.370,60	149.697.798,93

Demonstrações Contábeis Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2.019	2.018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/periodo	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber (79.604.724,06)	177.266.475,55	-
(Aumento) Redução Outros Créditos (135.388.197,59)	65.993,57	-
(Aumento) Redução Despesa Antecipada (0,07)	132,58	-
(Aumento) Redução em estoques 499.115,78	(648.799,22)	-
Aumento (Redução) em fornecedores (283.411,39)	2.212.876,76	-
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato Gestão 240.011.288,99	(175.449.202,15)	-
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões (22.702.337,58)	(2.510.963,47)	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros 279.031,65	(41.675,81)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	2.810.765,73	894.837,81
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros (279.031,65)	41.675,81	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(279.031,65)	41.675,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	-	-
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	2.531.734,08	936.513,62
No início do período	2.422.621,31	1.486.107,69
No final do período	4.954.355,39	2.422.621,31

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019 e 2.018

Contexto Operacional, Normas E Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal Dr. Jose de Carvalho Florence é referência em assistência hospitalar de média alta complexidade, com ênfase em urgência e emergência na cidade de São Jose dos Campos-SP, Região Vale do Paraíba e Litoral Norte. Sendo patrimônio hospital público, cumpre a todos zelar, preservar e defender os Pacientes, seu atendimento e gratuito e 100% SUS. Em 25 de Julho de 2006 foi firmado parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP e a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal Dr. Jose de Carvalho Florence, através do contrato de gestão nº 15.526/2006, com a vigência de cinco anos. Após concluir que a SPDM alcançou todos os objetivos e metas estabelecidas no contrato anterior, em 25 de Julho 2011 firmou nova parceria através do contrato gestão nº 24.900/2011, com a vigência de cinco anos. Em 25 Julho 2016 firmou em caráter excepcional o aditamento para prorrogação do contrato gestão 24.900/2011 com vigência de Um ano. Em 25 de Julho 2017 através processo digital nº 45004/2017 foi firmado novo contrato de gestão nº 265/2017 com vigência de dois anos, dando continuidade a serviços realizados e atendo todas as expectativas proposta pela Prefeitura de São Jose dos Campos/SP. Em 25/07/2019 foi assinado o 4º Termo de Aditamento do Contrato nº 265/2017 com vigência de 24 meses. Neste Termo Aditamento foi alterado a cláusula quinta, item 5.1 com o seguinte texto: " Em razão da substituição do provisionamento de valores rescisórios pela sucessão e sub-rogação, nos termos do decreto nº 18.188/19, fica alterado o Paragrafo Quarto, da Clausula Sétima do Contrato de Gestão". **Inovações:** 2006 - Entrega do Prédio de Ambulatórios, Anexo Administrativo e Anfiteatro; 2008 - Entrega do Prédio de Pronto Atendimento; 2013 - Entrega UTI Adulto e Expansão da Cabine Primária; 2013 - Entrega da Sala "Vermelha" - 06 leitos; 2014 - Entrega da nova UTI Neonatal; 2015 - Ampliação do número de leitos com a inclusão de mais uma enfermaria de 41 leitos; 2016 - Inauguração do Ambulatório da Mulher; 2017 - Conclusão da entrega do setor de imagem reformado, com duas salas de raio-x fixo e duas salas de tomografia; 2018 - Realização de atividades relativas ao tratamento de pacientes com glaucoma, incluindo consultas e a dispensação de colírios - 2019 - Ampliação do Centro Obstétrico e implantação da Sala de Trauma no Pronto Socorro Adulto. **Estrutura de Atendimento:** O Hospital possui leitos de internação (Clínicas, cirúrgicos e maternidade), unidade de terapia intensiva (Adulto, pediátrica e neonatal), centro cirúrgico e um centro obstétrico com foco no atendimento as gestantes de alto risco. Conta também com Pronto Socorro adulto, infantil e Ambulatório para consultas e exames. **Segurança e Qualidade:** A política de gestão da qualidade tem por objetivo avaliar, medir e readaptar sistematicamente os processos, de forma a garantir a melhoria contínua e Segurança a Assistência prestada. Em Junho/2016 o Hospital conquistou o certificado de acreditação, homologado pela ONA - Organização Nacional de Acreditação. A acreditação é um sistema de avaliação da qualidade dos serviços de saúde. **1. - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea " C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG 07 R2 que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Con-

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Contratos

265/2017 189.721.692,92

Total 189.721.692,92

3.3.2-Valores a Receber - Curto Prazo: Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 265/2017, proveniente da Prefeitura de São Jose dos Campos, esses valores serão recebidos conforme contrato até 31 de Dezembro/2019 estava em R\$ 191.192.496,55. **3.3.3-Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma ITG 2002 (R) 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. No exercício de 2019 o montante contabilizado foi de R\$ 8.298.220,14. **3.4-Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 Antecipações Salariais:** Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. **3.4.2 Antecipações de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4 Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. **3.4.5 Adiantamentos:** Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. **3.5 -Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.019 é de R\$ 1.525.953,89. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Valores em Reais em:

31/12/2019 **31/12/2018**

Materiais utilizados no setor de Nutrição R\$ 121.065,67 R\$ 111.702,15

Materiais utilizados no setor de Farmácia R\$ 740.586,77 R\$ 979.009,82

Materiais de Almoarifado R\$ 635.554,76 R\$ 933.002,31

Materiais de Terceiros R\$ 28.746,69 R\$ 1.355,39

Total **R\$ 1.525.953,89** **2.025.069,67**

3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante): Os valores registrados nesta conta em 2019 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 265/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde de São Jose dos Campos - São Paulo, e totalizaram R\$ 111.528.956,40. **3.8-Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade entende por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual **Saldo em 31.12.2019**

Aviso Prévio indenizado R\$ 8.168.301,24

Multa 50% FGTS/PIS R\$ 15.422.432,61

Total **R\$ 23.590.733,85**

continua ➤

continuação 3.9 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de

terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Bens Móveis em 2019.

Descrição	Posição em 31/12/2018	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2019
Imobilizado - Bens Móveis				
Bens Móveis	19.541.563,12	-	-	20.922.994,25
Apar. Equip utens med odont lab	11.306.467,06	857.756,08	-	12.164.223,14
Equip proteção/segurança/socor	81.657,11	-	-	81.657,11
Equip processamento de dados	1.478.906,76	77.278,80	-	1.556.185,56
Mobiliário em geral	3.337.534,62	296.869,35	-	3.634.403,97
Maquinas utens e equip diversos	1.904.428,85	129.296,06	-	2.033.724,91
Veiculos de tração mecanica	536.575,43	-	-	536.575,43
Aparelhos de medição	276.562,17	-	-	276.562,17
Aparelhos e equip comunicação	172.986,88	10.089,00	-	183.075,88
Aparelhos e utensilios domesticos	239.086,00	10.141,84	-	249.227,84
Maq e equip de natureza industrial	109.279,48	-	-	109.279,48
Maquinas e utensilios de escritorio	18.011,76	-	-	18.011,76
Software	80.067,00	-	-	80.067,00

3.9-1 - Ajuste tempo vida util economica - bens moveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes Vida útil Econômica Bens moveis em 2019

Descrição	Posição em 31/12/2018	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2019	Taxas anuais médias de Ajustes
Ajuste vida útil econômica de Bens Móveis					
Bens Móveis	(13.929.865,90)	-	-	(15.032.265,38)	
Apar equip utens med odont lab	(7.919.596,37)	-	(635.661,00)	(8.555.257,37)	10
Equip proteção/segurança/socor	(67.313,01)	-	(4.375,44)	(71.688,45)	20
Equip processamento de dados	(1.451.509,83)	-	(25.420,50)	(1.476.930,33)	10
Mobiliário em geral	(2.242.567,73)	-	(232.168,19)	(2.474.735,92)	10
Maquinas utens e equip diversos	(1.074.800,70)	-	(160.642,62)	(1.235.443,32)	0
Veiculos de tração mecanica	(536.575,43)	-	-	(536.575,43)	20
Aparelhos de medição	(276.562,17)	-	-	(276.562,17)	10
Aparelhos e equip comunicação	(75.534,78)	-	(17.099,30)	(92.634,08)	10
Aparelhos e utensilios domesticos	(187.141,10)	-	(10.343,19)	(197.484,29)	10
Maq e equip de natureza industrial	(60.968,58)	-	(8.682,60)	(69.651,18)	10
Maquinas e utensilios de escritorio	(18.011,31)	-	-	(18.011,31)	10
Software	(19.284,89)	-	(8.006,64)	(27.291,53)	

3.10-Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias.

3.11- Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.12- Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.13- Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais. **3.14- Provisão de Férias e Encargos:** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15- Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento.

3.16-Obrigações Tributárias: Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. **3.17-Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha.

3.18-Acordo Trabalhista a pagar: Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2019 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.19-Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R2) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 186.843.742,72 no Curto Prazo. **3.20-Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.21-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.22-Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. **3.22.1-Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2019, possuímos contingências ativas, no valor de 27.210,40.

3.22.2-Contingências Passivas: Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tantos casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para o tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", em 2019 o valor apurado foi de R\$ 595.550.537,42. Sendo que algumas ações de direito administrativo nº TC -000461/007/14-000728/007/10-000878/007/11-000160/007/18-14.0719.0001139/2019-8-14.0719.0000294-2019-8 no valor R\$ 585.087.209,20 não representará desembolso financeiro, pois representam ações do Tribunal de Contas de São Paulo, e Ministério Público do Estado de São Paulo, que estão em andamento referente a Prestações de contas anuais dos exercícios auditados. A in-

da, no exercício de suas atividades em 2019, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 7.704.047,14. **3.23- Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10(R2) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R2 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2018 e 2019, respectivamente. **4-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais de Acordo com NBC TG 07(R2) Item 12:** As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07 R2, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. As Receitas constantes na publicação do Balanço, estão de acordo com as Resoluções do CFC, "Receita Prestação de Serviços com Restrição", cujo valor e de R\$ 189.190.640,09. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 84.688,97. **4.1.2 - Outras Receitas Operacionais:** As outras receitas operacionais estão relacionadas a reversão despesa estrutura SPDM, em 2019 totalizou R\$ 1.021.933,95. **4.1.3 - Desconto Recebidos:** Os descontos recebidos referem-se a acordo com fornecedores e prestadores para liquidação do passivo a pagar dessas empresas, em 2019 totalizou 338.789,67. **4.1.4 - Ajuste Exercícios Anteriores:** Foram ajustados valores referente despesas anuladas de exercícios anteriores, são lançamentos realizados em exercício anterior, porém verificou-se que não haveria necessidade de pagamento por se tratar de lançamentos em duplicidade, e despesas que foram inseridas erroneamente no sistema de contas a pagar, em 2019 totalizou R\$ 203.477,26. **4.1.5 -Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades, são doações de materiais que entram pelo almoxarifado e são dispensados conforme sua necessidade, em 2019 totalizou R\$ 5.180,85. **5. -Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5.1. -Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG R1) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 R1 encontra-se a que

estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2019 totalizaram R\$ 145.691,10. **5.2 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à Portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 32.945.273,77. **5.2.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 23.867.143,32. **5.2.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 2.996.613,10. **5.2.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 5.675.719,22. **5.2.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fogop):** A isenção da Contribuição para o (PIS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 405.798,13. **5.2.4.1 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fogop):** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 7.169.923,26 pagos no período de 08/2006 a 07/2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 189.721.692,92; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 549.229,34; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 189.739.869,43; encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 531.052,83. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2019, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:

Produção - 2019

Linha de Atendimento	SUS	Particular
Internações	24.099	
Saída Hospitalar	23.392	
Nº de paciente dia	98.512	
Nº de Cirurgias	11.163	
nº de Partos	5.525	
Diárias de UTI - Total	18.238	
Internação/Atendimento Domiciliar	Não Habilitado	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	404.183	
Atendimento Ambulatorial - Total		
Consulta médica	102.307	
Atendimento não médico	16.123	
HD/Cirurgia ambulatorial	1.364	
SADT - Total	921.824	

8 - Relatório de Execução Técnica e Orçamentária do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - Hospital Municipal José de Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2019: a) Comparativo específico das metas proposta com os resultados alcançados, com justificativas para metas não atingidas ou excessivamente superadas.

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019

Contratado	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Realizado
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)	9.870	10.949	10.410	13.150	20.280	24.099
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	9.870	10.949	10.410	13.150	20.280	24.099
Atendimento De Urgência Total (PS)	116.700	202.229	19.450	201.954	136.150	404.183
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (d/a)	61.740	62.104	21.290	57.533	83.030	119.637
Consulta Médica em Atenção Especializada	61.740	56.657	21.290	51.886	83.030	108.543
Consultas Não Médicas	-	6.495	-	9.628	-	16.123
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	-	6.651	6.630	6.682	6.630	13.333
SADT [Ext+Int] - Total (d/a)	193.714	450.236	54.729	128.774	248.443	579.010
Exames Complementares	193.714	438.304	41.119	115.329	234.833	553.633
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	-	11.932	13.610	13.445	13.610	25.377

Nota: No período de agosto/2019 a dezembro/2019 - tivemos alteração de meta contratual. 1) Ambulatório (Consulta e SADT): Janeiro a Julho/2019 - (3º termo de aditamento - contrato gestão 265/17): meta = realizado. Agosto a Dezembro/2019 (4º termo de aditamento - contrato gestão 265/17): meta=ofertado.

b) Exposição sobre a Execução Orçamentária e seus Resultados:

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato / Convênio	R\$188.521.692,92	R\$1.200.000,00
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 182.890,25	R\$ 0,00
Total das Receitas	R\$188.704.583,27	R\$1.200.000,00

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico

Jose Roberto da Mota - Contador CRC- 1SP 252.369/0-7 - Contador CRC- 1SP 252.369/0-7

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com **continua**

► **continuação** tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório nº 7710/04.**

Allmont Montagens S.A.

CNPJ/MF nº 16.750.498/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ((Valores expressos em R\$) Empresa tributada pelo lucro real anual)

Balanco Patrimonial				Demonstração de Resultado		
	2019	2018	2019	2018	Acumulado 2019	Acumulado 2018
Ativo						
Circulante	18.284.173	20.295.250	3.337.234	9.981.396		
Caixa e bancos	1.123.048	8.415.688	1.553.934	7.162.127	53.387.541	68.668.420
Clientes	9.685.314	7.304.256	1.309.973	640.374	36.028.590	-
Aplicações vinculadas	2.315.688	-	305.678	1.549.362	(12.215.234)	(8.205.116)
Adiantamento de empregados, fornecedores e outros	3.363.285	2.866.061	165.006	626.921	(45.992)	-
Tributos a compensar	1.776.453	937.217	2.643	2.611	77.154.906	60.463.304
Estoque	20.386	772.028	1.464.671	3.472.516	(57.505.400)	(42.804.083)
Não circulante	79.310	1.179.197	13.863.599	8.335.274	19.649.505	17.659.221
Depósitos judiciais	79.310	65.744	2.200.000	2.200.000		
Outros créditos	-	1.113.454	440.000	440.000		
Permanente	302.021	314.739				
Imobilizado	314.755	314.755	11.223.599	5.695.274	(3.365.643)	(1.783.830)
(-) Depreciação	(12.734)	(16)			(1.624.133)	(883.726)
Total ativo	18.665.504	21.789.186	18.665.504	21.789.186		
Passivo						
Circulante						
Fornecedores					(58.112)	(33.859)
Adiantamento de clientes						
Salários e encargos sociais						
Obrigações tributárias						
Outras contas a pagar						
Não circulante						
Adiantamento de clientes longo prazo						
Patrimônio líquido						
Capital social						
Reserva legal						
Reserva de lucros						
Total passivo						
Total						
2019			2019			
2018			2018			
2019			2019			
2018			2018			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Lucro (Prejuízo) Acumulados
Saldo em 31/12/2018	2.200.000,00	440.000,00	5.695.274,02
Lucro do exercício	-	-	10.595.911,91
Lucros distribuídos	-	-	(5.067.586,93)
Saldo em 31/12/2019	2.200.000,00	440.000,00	11.223.599,00

Demonstração de Fluxo de Caixa			
	2019	2019	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.595.911,91	669.598,69	669.598,69
Ajuste para reconciliação do lucro			
Depreciação	12.718,00	(1.243.684,39)	(1.243.684,39)
Distribuição de Dividendos	(5.067.586,93)	(461.914,84)	(461.914,84)
(Aumento) redução de ativos			
Clientes	(2.381.057,39)		
Adiantamento de empregados, fornecedores e Outros	(497.224,22)		
Tributos a Compensar	(839.235,73)		
Estoque	751.642,32		
Depósitos Judiciais	(13.566,43)		
Outros Créditos	1.113.453,90		
(Redução) aumento de passivos			
Fornecedores	(5.608.193,67)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(5.054.868,93)	(8.652.007,15)	(15.572.863,63)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Novos investimentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido nas atividades de financiamentos			
Aumento (diminuição) líquido no caixa			
Caixa no início do exercício		8.415.687,83	8.415.687,83
Caixa no final do exercício		3.438.736,11	3.438.736,11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			
1. Contexto Operacional – A Companhia se insere no contexto operacional de montagens eletromecânicas, com ampla atuação nas indústrias de cimento, portos e mineração, siderurgia e metalurgia não ferrosa (alumínio). 2. Sumário das Principais Práticas Contábeis – As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos da Lei das Sociedades Anônimas; e aos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Determinação do resultado: O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. b) Ativos circulantes e não circulante: A provisão para contas de realização duvidosa é calculada com base na experiência da administração com perdas em anos anteriores, condições de mercado e situação econômica. Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores, respectivamente, ao custo de reposição e ao valor de realização. Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo			

Reserva de Lucros em 31/12/2018			
	2019	2018	2018
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores			
(+) Lucro líquido do exercício	10.595.911,91		
(-) Lucro Total Disponível	16.291.185,93		
(-) Destinação do Lucro:			
a. Reserva Legal	-		
b. Reserva Estatutária	-		
c. Reserva para Contingência	-		
d. Reserva Orçamentária	-		
e. Reserva de Lucros a Realizar	-		
f. Lucros Aportados ao Capital	-		
g. Lucros Distribuídos	(5.067.586,93)		
Saldo de Lucros Acumulados do Final do Exercício (31/12/2019)	11.223.599,00		

Diretoria			
Jose Cássio Tavares – Presidente			
Daniel Parizi – Contador – CRC 1SP 253.416/O-3			

Demonstração de Fluxo de Caixa			
	2019	2019	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do exercício	10.049.266	4.117.385	4.117.385
Ajustes ao resultado do exercício	206.343	(3.170.481)	(3.170.481)
Depreciação e amortização do período	(2.038.599)	(413.982)	(413.982)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(1.596.869)	(1.596.869)
Provisão contingencial	-	-	-
Ajustes patrimoniais	2.244.941	(1.159.629)	(1.159.629)
Resultado ajustado	10.255.608	946.905	946.905
Variações nos ativos e passivos:	4.323.495	(1.516.328)	(1.516.328)
(Aumento) em créditos a receber	2.627.408	2.363.424	2.363.424
(Aumento) nos estoques	818	51.031	51.031
(Aumento) em direitos de longo prazo	(138.115)	(1.989.832)	(1.989.832)
Aumento em obrigações de curto prazo	1.833.384	(1.940.951)	(1.940.951)
Aumento em outras obrigações de longo prazo	-	-	-
Aumento de receitas antecipadas	-	-	-
Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas nas atividades operacionais	14.579.103	(569.423)	(569.423)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Acréscimo do Imobilizado e Diferido por aquisições ou ajuste patrimonial	1.898.821	1.953.134	1.953.134
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	1.898.821	1.953.134	1.953.134
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Acréscimo/(Diminuição) em empréstimos e financiamentos de curto prazo	(16.235.501)	(1.059.036)	(1.059.036)
Acréscimo em empréstimos e financiamentos de longo prazo	615.545	(57.951)	(57.951)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	(15.619.956)	(1.116.988)	(1.116.988)
Aumento/(Diminuição) das Disponibilidades	857.968	266.723	266.723
Variação do Disponível:			
No início do período	292.442	25.719	25.719
No final do período	1.150.410	292.442	292.442
Aumento/(Diminuição) do Disponível	857.968	266.723	266.723

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2019	2018	2018
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	51.874.291	1.596.869	76.357.687
Realização da Reserva Reavaliação	-	(1.596.869)	-
Ajustes patrimoniais	75.198.058	-	(76.357.687)
Amortização do Imobilizado	(413.982)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	4.117.385
Transferência do Resultado	(8.290.490)	-	8.290.490
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	118.367.877	-	4.117.385
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-
Ajustes patrimoniais	2.244.941	-	-
Amortização do Imobilizado	(2.038.599)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	10.049.266
Transferência do Resultado	4.117.385	-	(4.117.385)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	122.691.605	-	10.049.266

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2019	2018	2018
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	51.874.291	1.596.869	76.357.687
Realização da Reserva Reavaliação	-	(1.596.869)	-
Ajustes patrimoniais	75.198.058	-	(76.357.687)
Amortização do Imobilizado	(413.982)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	4.117.385
Transferência do Resultado	(8.290.490)	-	8.290.490
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	118.367.877	-	4.117.385
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-
Ajustes patrimoniais	2.244.941	-	-
Amortização do Imobilizado	(2.038.599)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	10.049.266
Transferência do Resultado	4.117.385	-	(4.117.385)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	122.691.605	-	10.049.266

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2019	2018	2018
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	51.874.291	1.596.869	76.357.687
Realização da Reserva Reavaliação	-	(1.596.869)	-
Ajustes patrimoniais	75.198.058	-	(76.357.687)
Amortização do Imobilizado	(413.982)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	4.117.385
Transferência do Resultado	(8.290.490)	-	8.290.490
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	118.367.877	-	4.117.385
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-
Ajustes patrimoniais	2.244.941	-	-
Amortização do Imobilizado	(2.038.599)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	10.049.266
Transferência do Resultado	4.117.385	-	(4.117.385)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	122.691.605	-	10.049.266

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2019	2018	2018
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	51.874.291	1.596.869	76.357.687
Realização da Reserva Reavaliação	-	(1.596.869)	-
Ajustes patrimoniais	75.198.058	-	(76.357.687)
Amortização do Imobilizado	(413.982)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	4.117.385
Transferência do Resultado	(8.290.490)	-	8.290.490
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	118.367.877	-	4.117.385
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-
Ajustes patrimoniais	2.244.941	-	-
Amortização do Imobilizado	(2.038.599)	-	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	10.049.266
Transferência do Resultado	4.117.385	-	(4.117.385)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	122.691.605	-	10.049.266 </